



PRIMEIRO MINISTRO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ELEVAR A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR COMO FATOR-CHAVE PARA AUMENTAR A EMPREGABILIDADE DOS GRADUADOS

Díli, 22 Novembro 2017

Discurso de S. E. o Primeiro-Ministro, Dr. Mari Alkatiri

A importância da formação e da capacitação dos recursos humanos para o sucesso da política económica nacional

Numa altura em que o atual Governo apresenta políticas estruturantes para implementar mecanismos coerentes e eficazes que promovam o desenvolvimento da economia nacional onde as instituições do ensino superior, do setor privado e da sociedade civil assumem a responsabilidade relativamente ao seu papel no desempenho da formação dos recursos humanos nacionais de forma a aumentar o nível de empregabilidade dos graduados do ensino superior nacional. Este Seminário vem, no dia da celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e simultaneamente do Dia Nacional do Ensino Superior, trazer de novo o debate sobre a importância da capacitação do recursos humanos para o sucesso da política económica nacional.

O Programa do VII Governo Constitucional, tal como foi apresentado no Parlamento Nacional no início do passado mês de Outubro (agora a ser anotado pelo Governo) estabeleceu a Educação como um dos pilares fundamentais da sua atuação, em conformidade com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030 e ainda Plano de Educação e Formação Técnica e Profissional de Timor-Leste.

O Programa do atual Governo identifica a Educação, a par da saúde, da pobreza, do emprego, da habitação e do ordenamento, como uma das áreas críticas da nossa sociedade

e condição *sine qua non* para a consolidação da identidade nacional e a construção de um Timor-Leste mais desenvolvido, justo e inclusivo, onde prevaleça a igualdade de oportunidades em benefício de todos os cidadãos.

Numa altura em que o atual Governo se predispõe a apostar numa nova agenda nacional de transformação e diversificação económica, numa dinâmica de rutura com o status quo e marasmo, a formação e capacitação dos nossos recursos humanos surge como pedra-angular dessa reforma, sobretudo quando o país se encontra no processo de preparação para a tão aguardada entrada na ASEAN.

O ensino superior universitário, e técnico em particular desempenha um papel vital na garantia da sustentabilidade do desenvolvimento nacional, mediante a formação de recursos humanos qualificados que venham a responder de forma adequada e cabal às crescentes necessidades do mercado de trabalho.

Atualmente, verifica-se um desequilíbrio acentuado entre o crescimento exponencial do número de graduados em instituições de ensino superior, a vasta maioria concentrados na capital, e o seu reduzidíssimo nível de empregabilidade, contrariando, desde logo, o objetivo central do ensino superior, *i.e.*, formar quadros aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade timorense, tal como de resto o afirma a Lei de Bases da Educação em vigor.

Reconhecendo simultaneamente a necessidade de criar um número significativo de empregos no setor formal de modo a absorver a população ativa atual (que atingirá previsivelmente 913.800 em 2023) e a necessidade de melhorar a qualidade dos recursos humanos a nível nacional, a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030 veio enunciar um conjunto de estratégias a seguir na chamada “geração de oportunidades de emprego em Timor-Leste”. Entre aquelas, destaca-se o fortalecimento do ensino superior e da formação técnica e profissional enquanto área prioritária para o aumento da empregabilidade e produtividade da força laboral timorense, prevendo o apoio a centros de formação devidamente acreditados, de acordo com normas internacionais, permitindo que os formados timorenses tenham acesso aos mercados de trabalho internacionais.

Senhoras e senhores,

Foram já repetidamente identificados os variadíssimos desafios relacionados com a garantia da qualidade do ensino superior universitário e técnico no panorama nacional, designadamente, a questão das línguas de instrução no ensino superior, o reduzido número de institutos superiores técnico-profissionais, a necessidade de descentralização do ensino superior, a qualificação dos nossos docentes universitários, a relevância das matérias ministradas, uma acreditação das instituições de ensino superior transparente e independente, entre outros. No entanto, mais do que identificar os problemas com os quais nos confrontamos há já vários anos, importa agora pensar como pode o atual Governo promover medidas prioritárias que ultrapassem, de modo coerente e eficaz, os desafios que se apresentam, alinhando-as com os interesses estratégicos e económicos do país.

O atual Governo pretende elaborar e aprovar uma Política de Gestão e Organização do Ensino Superior que estabeleça diretrizes sobre a diversificação da oferta educativa, o cumprimento do currículo de Padrão Mínimo e das Línguas Oficiais e os princípios de financiamento do ensino superior público e privado, sempre que este último responda às prioridades nacionais, tornando o ensino técnico superior mais inclusivo e acessível a todos quanto se revelem com capacidade, talento e vontade de aprender.

No que respeita ao ensino superior técnico, o Governo pretende reforçar as atuais condições do Instituto Politécnico de Betano e diversificar a oferta através do estabelecimento de um novo Instituto Politécnico de Hotelaria e Turismo, em Lospalos, e de uma Academia de Pescas e Estudos Marinhos, em Manatuto.

O VII Governo tenciona igualmente dar continuidade ao Programa de atribuição de Bolsas de Estudo, através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, em áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento nacional, nomeadamente nos países da CPLP e da ASEAN, dentro do princípio criterioso de seleção e incentivo aos alunos mais assíduos e com mais vontade demonstrada de aprender.

É ainda intenção do atual Governo fazer refletir, de forma clara, esta preocupação na alocação anual de fundos públicos ao setor, tomando em consideração não só as recomendações internacionais que apontam para uma alocação mínima de 15% do

Orçamento Geral do Estado ao Ministério da Educação, como também a dimensão de um Ministério que dotado de 30 unidades e 16.000 funcionários procura, todos os anos, responder a um universo populacional de 700 mil jovens com menos de 24 anos, aproximadamente 60% da população total de Timor-Leste.

Apesar disto, o atual Governo está consciente de que o aumento da alocação anual não bastará para sanar os problemas persistentes e profundos com que o país se depara na área da Educação. Esta medida precisará de ser acompanhada por uma estratégia clara e coerente orientada para a implementação dos princípios e objetivos setoriais já estabelecidos nos instrumentos político-jurídicos nacionais através da ação concertada de todos os que integram a comunidade educativa.

Senhoras e Senhores,

A educação, enquanto prioridade nacional, representa também uma responsabilidade coletiva onde o envolvimento de todos aqueles que compõem a comunidade educativa se torna vital. Ao falar da comunidade educativa incluo naturalmente o setor privado que carrega boa parte da responsabilidade social nesta área. O setor privado desempenha um papel crucial no desenvolvimento nacional e é preciso, hoje mais do que nunca, envolvê-lo de forma estimulante e consistente nas estratégias nacionais adotadas no setor da Educação.

É necessário que se desenvolvam mecanismos eficazes de ligação entre as instituições de ensino superior e as empresas, apelando ao diálogo e à interação contínua entre ambos, nomeadamente, procurando que a formação oferecida vá ao encontro das reais necessidades do mercado de trabalho; celebrando acordos entre empresas privadas e universidades e institutos superiores técnicos para que seja concedido apoio aos estagiários durante a contratação de jovens à procura do primeiro emprego.

Tal como começámos por afirmar, o VII Governo Constitucional assume na sua plenitude a Educação como prioridade nacional porque, decorridos 15 anos sobre a Restauração da Independência Nacional, temos plena consciência de que é o sustentáculo para a

afirmação da identidade de Timor-Leste na região e no mundo, e um elemento propulsor incontornável do desenvolvimento nacional.

Concluo parafraçando outros, porque sintetizam o propósito desta minha breve intervenção, e calculo que da vossa presença neste seminário: *“Aqueles que dizem que a Educação é cara é porque não sabem qual é o preço que as nações pagam pela falta de Educação”*. Nada mais verdadeiro que isto. Arrepia-me sabê-lo.

Muito obrigado.